

Governança Metropolitana, Mudanças Climáticas, Riscos e Desastres

No Brasil, a população de suas 74 regiões metropolitanas varia de mais de 22 milhões de habitantes, na Região Metropolitana de São Paulo, para pouco mais de um milhão na Região Metropolitana de Londrina, no Paraná (IBGE, 2020). Nesse contexto urbano metropolitano, os problemas sociais, ambientais, econômicos e de saúde pública têm se avolumado e agravado, em especial devido aos impactos negativos do modelo de planejamento e de infraestrutura, que falham em dar respostas adequadas para os impactos das mudanças do clima.

A (in)sustentabilidade do padrão de urbanização metropolitano é caracterizada pela prevalência de um processo de expansão e ocupação dos espaços intraurbanos que, na maior parte dos casos, configura baixa qualidade de vida para parcelas significativas da população. As cidades brasileiras têm a marca da dualidade, a priorização dos interesses privados sobre as demandas sociais na distribuição

de terras que resulta em uma segregação urbana. Sem recursos para construir ou comprar imóveis em terrenos seguros e mais próximos das áreas centrais, a população de baixa renda se vê obrigada a habitar regiões de difícil acesso, sem estrutura urbana consolidada e, muitas vezes, em áreas de risco. Para além do risco, essas áreas são relegadas dos benefícios urbanos e investimentos públicos (JACOBI, 2012). Trata-se de uma realidade complexa e heterogênea, na qual as cidades convivem simultaneamente com os problemas que caracterizam uma realidade de escassez e padrões elevados de consumo – poluição do ar e aumento do volume de resíduos sólidos.

As mudanças climáticas e o aumento de eventos extremos e severos aumentam a vulnerabilidade já existente nas metrópoles brasileiras, assim, as cidades se caracterizam por um modelo de urbanização que é, ao mesmo tempo, socialmente excludente e negligente com as dinâmicas dos sistemas naturais. Somam-se então aos cenários de risco e as fa-



Pedro Roberto Jacobi



Luciana Travassos



Sandra Momm

Palavras-chave: Vulnerabilidade; produção do espaço desigual; mudanças climáticas; planejamento territorial.

talidades urbanas à pobreza, às desigualdades e a quase inexistência de uma cultura de prevenção, ou de medidas de longo prazo, seja por parte dos cidadãos ou das estruturas de planejamento e gestão. A própria expansão das metrópoles e, conseqüentemente, das ilhas de calor provocadas pela impermeabilização do solo, somadas aos efeitos das mudanças climáticas, favorecem a concentração espacial e temporal das precipitações e, conseqüentemente, as inundações e deslizamentos. Nesse sentido, a cidade é criadora e criatura de riscos e desastres.

Assim, no Brasil há mais de 12 milhões de pessoas morando em favelas (IBGE, 2013), cerca de 6% da população brasileira. Na Macrometrópole de São Paulo, as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas e Santos concentram 98% dos habitantes em setores subnormais (TRAVASSOS; MOMM; TORRES, 2019), com grande concentração em áreas de risco de escorregamento ou inundação, que sofrerão os impactos mais intensos do aumento na intensidade das chuvas. A continuidade da expansão urbana no padrão atual irá potencializar novas situações de risco.

A reprodução dos eventos de inundação e escorregamento expõem a precária integração entre o planejamento territorial e a gestão de risco. Para além da difícil integração de políticas setoriais, os instrumentos de planejamento e gestão não conseguem enfrentar de fato as questões estruturais do modelo de desen-

volvimento que geram vulnerabilidades. O modelo federativo com diferentes competências, como é o caso do protagonismo dos municípios na gestão do uso do solo, cria descompassos e descontinuidades no planejamento do território, especialmente dos sistemas naturais. Identificam-se, assim, os componentes analíticos de uma realidade socioambiental caracterizada pela fragilidade na capacidade de respostas das sociedades com menos recursos, assim como da falta de ações intersetoriais (JACOBI; BESEN, 2019)

Os “desastres anunciados” não podem ser vistos como fatalidades, mas na maioria dos casos podem ser previstos e evitados. Isto demanda que a gestão preventiva se torne cada vez mais presente na governança ambiental dos riscos de desastres naturais e que fortaleça a capacidade adaptativa das nossas cidades.

As autoridades públicas explicam tais tragédias, geralmente, como as conseqüências de eventos climáticos incomuns, fora dos padrões previstos e da suposta irracionalidade do comportamento da população que aceita morar em áreas sujeitas a evidentes riscos ambientais. Mas os desastres também mostram o despreparo das autoridades para, em situações de calamidade, alertar, remover e garantir abrigo à população diante de ameaças iminentes.

Os desafios metropolitanos que se colocam nos dias atuais são que as cidades e regiões criem as condições para assegurar uma boa qualidade de vida,

com uma relação adequada com a natureza e agindo preventivamente para evitar o aumento da degradação. Cabe pensar em políticas de gestão participativa e colaborativa baseadas na perspectiva de governança socioambiental. Neste sentido destacam-se os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e suas metas Agenda 2030, em especial, o objetivo 11, de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



Referências

IBGE - (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2020**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020->>>. Acesso em: 09 set. 2020.

JACOBI, P.R. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade. In: PHILIPPI, A. et al. (Eds.) **Gestão da Natureza Pública e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2012. Cap. 12, p. 343-361.

JACOBI, P.R.; BESEN, G.R. Metropolização e Gestão Urbana Sustentável. In: PHILIPPI JR, A.; BRUNA, G.C. **Gestão Urbana e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2019.

TRAVASSOS, L.; MOMM, S.; TORRES, P. Apontamentos sobre Urbanização, Adaptação e Vulnerabilidades na MMP. In: TORRES, P., JACOBI, P., GONÇALVES, L., BARBI, F. **Governança e planejamento ambiental: adaptação e políticas públicas na macrometrópole paulista**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital. 2019.

© Daniela Peres Paz e Gustavo Matheus de Morais, 2019
Vista do Mirante do Cristo de Caieiras, Caieiras-SP

